

ANA CRISTINA SILVA

EL-REI, NOSSO SENHOR,  
SEBASTIÃO JOSÉ



BERTRAND EDITORA  
Lisboa 2024

# I

Lisboa, 1 de Novembro de 1755

*Sumário: fala-se do dia do terramoto, Dia de Todos os Santos em que o demónio saiu a semear o Inferno em Lisboa com tremendos abalos, vastíssimas ondas e intensas labaredas.*

Nos olhos de Sebastião José, secretário do Reino ao serviço de El-rei, inscreve-se o horror onde há pouco havia páginas de números. Primeiro parece-lhe ouvir um trovão, que não vem do céu, antes emana do ventre da terra, em rebuliço. As paredes da sua câmara começam a tremer, castiçais e livros caem ao chão, voam papéis. A voz da terra expande-se numa infausta algazarra, como se anunciasse o fim do mundo. Sebastião José ergue-se da cadeira, porém permanece imóvel, encostado a um pilar. Tudo, mesmo a sua sombra, vacila no aposento. A oscilação das paredes retrai os seus movimentos, quando sabe que deveria fugir. Num halo de esperança, há uma breve pausa na vozeria do terramoto, que, instantes depois, recomeça num ribombar ainda mais aterrador. Os vidros das janelas estilhaçam-se, fissuras percorrem as paredes, carreiros de larga abertura que chegam ao tecto, ameaçando fazer ruir a casa. O barulho é agora tremendamente assustador; estrondos sucessivos e ele sem ter onde se esconder. Secretária derrubada, estátuas, quadros e candelabros no chão. O pânico paralisa-o, longuíssimos minutos em que lhe vem a imagem das filhas mortas no ano anterior. Não acredita que os mortos voltem, sobretudo sendo almas tão

jovens, ainda assim ouve a voz da pequena Leonor Joana e o choro da bebé Mariana. Evade-se daquele terror, porque o derruba um sofrimento mais forte do que a vibração do terramoto. Largos momentos decorrem ainda até a terra se acalmar. Está tranquilo, na companhia do fantasma das filhas, mas o corpo desenvolve um tremor próprio. Dá por si no chão em nuvens de poeira, uma máscara de pó, sentindo-se a sobreviver à morte de toda a claridade.

O dia nascera soalheiro, quente para a época do ano, uma manhã de incomparável formosura e antes das nove horas tudo era paz em seu redor. Lembra-se de ter espreitado pela janela da sua câmara ao despertar e de ver na alvorada um prodígio de perfeição. A luz limpa e desanuviada destacava os edifícios nas colinas. E o Tejo, com o sol pela frente, envolvia a cidade com uma moldura de magnífico azul. Os domingos e feriados, ele, o secretário do Reino, dedica-os à família e à gestão dos negócios privados. Os seus afazeres estão sempre a aumentar e não são apenas os do país, precisa igualmente de avaliar os ganhos com os seus morgadios e com o aluguer de casas que tem comprado em Lisboa. A sua cruzada continua a ser a de aumentar a prosperidade da família, até porque as dívidas também não pararam de crescer. Ao seu gabinete chegam as vozes das crianças, as risadas dos seus filhos pequenos que se chamam uns aos outros enquanto as criadas os vestem e calçam, as patas dos cães que descem as escadas em grande correria.

A paz desaparecera perto das dez horas e apenas volta no momento em que a terra pára de tremer. Porém, a ausência de ruído transforma-se para ele na maior das inquietações. Um silêncio branco toma conta do seu Palácio da Rua Formosa, apenas interrompido pelos uivos distantes de cães e por gritos de homens.

Corre para a ala da casa onde deveriam estar os filhos e a mulher, acelera, parecendo um rapaz novo quando tem mais de cinquenta anos. A destruição está espalhada pelas várias câmaras como se uma maré de salteadores houvesse irrompido pela casa: arcas reviradas, mesas partidas, mobília revolta que parece ter-se deslocado pelos próprios pés. Não vê um único criado, morto ou vivo, poeira e mais poeira é atirada para a sua cara, estreitando o seu campo de visão. Tem um corpo de serviços domésticos de mais de quarenta almas que parecem ter sumido. Os seus olhos fixam-se a uma estupefacção horrorizada enquanto vai abrindo a

porta dos quartos das crianças. Não encontra ninguém, apenas constata o frenesim da devastação.

No quarto da mulher descobre finalmente uma das camareiras, encostada a uma arca. A mulher não diz nada com sentido, enervando-o ainda mais. Só depois de a abanar ela gagueja, articulando uns grunhidos antes de o informar de que a sua família fugira para a rua. Corre pelas escadas. À porta, distingue de entre uma pequena multidão de serviçais o pequeno vulto da sua filha mais velha, Teresa Violante, de mão dada com o irmão, Henrique José. De costas, dando ordens à criadagem, está a sua mulher, Eleonor Ernestina. Com um domínio de si, quase sorridente, contendo os seus ânimos ansiosos, aproxima-se dela e aperta-lhe o braço. Eleonor Ernestina vira-se, sentindo os dedos do marido a tremer. Ele fita os filhos e a mulher antes de os abraçar. As crianças tremem nos seus braços com o forte impacto do terror. A mãe, por seu lado, não só está a reprimir o pânico, como também o desgosto de ter a casa revirada, o que torna tão necessário aquele abraço. É um abraço longo que ele interrompe, mencionando o imperativo de se colocar à disposição de El-rei e tomar as providências necessárias para mitigar a catástrofe.

Com o sentido prático aprendido na longínqua Áustria, Eleonor Ernestina ordena a uma das criadas que vá buscar uma casaca para o seu senhor, uma outra cabeleira e um pano de linho molhado. Não pode apresentar-se diante de El-rei com o fato naquele estado e a face mais parecida com a máscara de um bobo.

Os seus serviçais, todo o género de criados, cozinheiros, cocheiros, rapazes da cozinha e cavaliça, vão regressando a casa sob as ríspidas ordens da sua mulher. Passam por ele e olham-no com respeito, como se nada nem ninguém pudesse beliscar o seu estatuto de poderoso, intocável e inatingível, mesmo perante um terramoto. Sebastião José é um homem imponente, de elevada estatura e ossos ágeis. A sua expressão quando se lhes dirige está por vezes cheia de ameaças, contudo, naquele momento fixam-no, sentindo que a sorte do seu amo se estende a todos eles. O horizonte de Lisboa é o de um inferno. A cidade está envolta em nuvens de fumo dos incêndios desencadeados nos escombros de muitas casas, o braseiro ressuma da terra como uma nova praga. Gritos próximos e distantes ressoam, um burburinho de horror e aflição

que se detém junto à casa do secretário do Reino. Reentram num palácio de janelas estilhaçadas. Os alicerces permanecem ainda firmes.

Nenhuma casa da Rua Formosa fora destruída, ainda assim o caminho está cheio de buracos e amplas fissuras, abismos que são ciladas e que impediriam a sua sege de passar. Ele, o secretário do Reino, dá ordens a um dos cocheiros para ir buscar os burros que comprara para os filhos aprenderem a montar e para o acompanhar. Parece-lhe o meio mais adequado para conseguir chegar a El-rei D. José. Por sorte e divina providência, Sua Majestade e a família tinham partido de manhã cedo para o seu paço em Belém a tempo de ouvirem a missa na sua capela privativa.

Enquanto retira a casaca do marido, lhe enfia uma outra e lhe lava o rosto, Eleonor Ernestina vai relatando as ansiedades sentidas. O seu coração ainda se agita, prestes a saltar do peito, quando pensa que os meninos podiam ter morrido. Ele, o marido, gostaria que ela abreviasse o seu relato, porque a partir daquele momento os seus pensamentos têm de se orientar para o auxílio à cidade e quiçá a todo o Reino, no entanto, compreende a necessidade que a sua mulher tem em ouvir de si palavras tranquilizadoras. Por seu lado, ele não lhe confessa que, enquanto a terra tremia, viu a filha Leonor Joana a correr para si, gritando por auxílio. Ele tentara segurá-la, mas a menina escapara-lhe. Planara à sua volta, esgueirando-se ao seu abraço pelas fissuras das paredes.

\*\*\*

Tudo parece pior do que imaginara. Deus Pai não se mostrara compassivo com Lisboa ou então as suas palavras piedosas não teriam sido devidamente ponderadas pelos elementos da natureza. Por todo o lado abundam visões trágicas. Decide ir pelo meio das quintas em vez de descer em direcção ao Tejo, não supondo que essa decisão lhe salvaria a vida. Enquanto tenta apressar o macho pelos carreiros não está em condições de antecipar que daí a momentos o rio irá recuar antes de alargar em ondas altas e repentinas, uma convulsão violenta que se estenderá até ao Rossio, afogando pelo caminho, sem fazer distinção, tanto crentes como hereges. Três vagas tremendas e altaneiras que vão destapar o mar, tragando edifícios e gente, devolvendo depois à terra

destroços e cadáveres. As muitas pessoas que correram para fora das igrejas e das suas casas não vão dispor de tempo para fugir daquela enorme massa de água que irá dissolver a sua carne e transformá-la em eternidade.

Lisboa colapsa como uma casa de palha. Os edifícios torcem-se e desmembram-se, tanto os cubículos humildes como os grandiosos palácios da fidalguia, incluindo o paço de El-rei. Mal Sebastião José se afasta da Rua Formosa, depara com cenários de ruínas, cadáveres por todo o lado e gente desesperada. Os mortos vão-se acumulando; corpos amontoados, uma mortandade de milhares de almas. Os incêndios, com os seus clarões, traçam novos horizontes às colinas de Lisboa. A cidade esburacada e o crepitar do fogo tornam mais terrífico o alvoroço da multidão. Ao longo dos caminhos ecoam intermináveis coros de lamentos, choros e berros. Labaredas altas cavalgam o Bairro Alto, o Convento do Carmo, o Rossio e Alfama. As réplicas sucedem-se, afrontando os pés com tanto tremer.

Há quem acredite que a viabilidade de um país depende em tudo da saúde do seu rei e, no meio de tamanha catástrofe, ocorre-lhe a ideia de que a morte possa ter-se estendido à família real. Seria o absoluto caos. Apesar de ter deparado com tantos corpos, os relatos das pessoas que encontra pelo caminho trazem ainda mais excessos à carnificina, um verdadeiro cataclismo com pilhas de cadáveres soterrados nas igrejas, durante a missa, ou nas próprias casas. Manda o criado fazer perguntas a um ferreiro e a um comerciante de luvas, criaturas humildes ou pouco apetrechadas para lhe dar respostas seguras, porém só dispõe desse tipo de gente para lhe dar informações. Desaparecera o Paço da Ribeira, a Bolsa do Trigo, a velha Casa da Índia e muitos mosteiros e igrejas, afirmam.

O comerciante relata ter estado a assistir à missa com a mulher. Por se terem atrasado, sentaram-se num banco perto da porta e assim puderam escapar; muitos outros haviam perecido debaixo dos escombros da Igreja de Santo Antão. Menciona ainda que a sua casa desmoronara, mas a cavaliariça não, podendo assim aparelhar a carroça para fugir da cidade. Durante o percurso, viu uma procissão de gente desamparada, donzelas seminuas, crianças sem rumo, freiras feridas, choros e gritos numa angústia indizível.

\*\*\*

El-rei, seu senhor, tem o rosto e os olhos cavados. É a primeira coisa que nota quando, ele, o seu servidor, se aproxima. D. José está ajoelhado, de costas rígidas, aparentemente em oração, nos jardins do Palácio de Belém. A seu lado tem a rainha, Mariana Vitória, e as infantas, suas filhas, D. Maria, D. Mariana, D. Doroteia e D. Benedita. A família real reza com fervor, como se só as orações pudessem desalojar da sua alma o temor de novos abalos. O seu confessor, um jesuíta, refere penitências, castigos divinos, advertências misericordiosas, com as palavras a flagelar os pecados dos homens. El-rei e o povo português não teriam sido suficientemente devotos, o fervor religioso não demonstrara ter consequências nos remorsos pelas muitas e dolorosas faltas cometidas pelos pecadores e a punição divina chegara, inevitável, por não haver arrependimento. Tivesse sido a fé cristã mais intensa e segura e a misericórdia celestial teria sido outra.

Ele, o secretário do Reino, suspira ao ver a submissão do soberano e pensa: «É dessa maneira, acicatando os receios e os pavores de infernos terrenos e celestiais, que os discípulos de Inácio de Loyola governam um país dentro do reino e administram um império nas colônias de Portugal.»

Pedro de Almeida, marquês de Alorna, havia chegado antes dele. Observam-se mutuamente sem se atreverem a interromper as preces de El-rei. Olhos de impaciência contida, os de Sebastião José. Percorrem a mui piedosa Alteza e tornam a percorrê-lo, mas alteram-se para uma máscara compassiva quando Sua Majestade finalmente se ergue para vir ao seu encontro. O soberano está mergulhado na tristeza e no temor. Revela uma perplexidade entorpecida como um homem atacado por um salteador vindo não se sabe de onde. Ele e Pedro de Almeida fazem uma vénia apressada, enquanto El-rei desliza para uma descontrolada explosão de palavras: o terramoto apanhara a família real no caminho, estavam quase em Belém quando a carruagem pareceu prestes a virar-se. Várias carroças ficaram pelo caminho, tendo chegado apenas metade dos serviçais. Por instantes, Sebastião José espera que El-rei desate aos gritos como as mulheres perdidas, porém, em vez disso, Sua Alteza baixa a voz, sussurrando que vai abdicar em nome do irmão mais novo,

D. Pedro. Não se sente com coragem para carregar o fardo de um reino destruído, acrescenta. O seu imperioso corpo treme ao recordar a provação do terramoto antes de gritar: «O que se há-de fazer? O que se há-de fazer para merecer a misericórdia de Deus?»

Pedro de Almeida adianta-se a Sebastião José. «Agora há que enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos», afirma com ligeira impaciência. D. José ergue os olhos para o marquês de Alorna, numa expressão perdida de quem não vislumbra naquela resposta um esboço de acção e muito menos um entendimento dos misteriosos desígnios do Senhor. Nos cinco anos que leva como secretário do Reino, ele, Sebastião José, aprendera a abrir caminhos nas necessidades de Sua Majestade, por isso é capaz de transformar as intenções de Pedro de Almeida em actos mais concretos. Primeiro, evidentemente, aclamou Deus Pai por ter preservado a preciosíssima vida de El-rei e da sua família, demonstrando assim que a pretensão do Senhor era advertir e não aniquilar, depois acrescentou: «Sem me adiantar aos superiores desígnios de El-rei proponho que Dom Diogo de Noronha, marquês de Marialva, chame as tropas estacionadas na província. O exército poderá ajudar nas operações de socorro, a distribuir mantimentos aos que ficaram indigentes e a prender a ladroagem que sempre aparece em situações mais trágicas e no meio do caos. Como presidente do Senado de Lisboa, Fernão Teles, marquês do Alegrete, deverá ser incumbido das operações de limpeza e do abastecimento de alimentos à cidade. Sugiro o envio de pequenos contingentes militares aos moleiros, forneiros e padeiros dos arredores de Lisboa, caso contrário a fome alastrará, o que pode suscitar revoltas e ainda mais desordem.»

A mente activa de Sebastião José e a sua força de vontade animam um pouco o monarca, que deixa de mencionar a abdicação. As palavras do seu secretário restituem alguma serenidade à conturbada mente do soberano. D. José gosta de mandar, mas detesta o trabalho e os esforços do mando. «Ide tratar de socorrer o meu povo!», ordena. Tão simples e peremptório, El-rei sente-se como se tivesse sido ele próprio a engendrar um plano de socorro. Os agradecimentos que o secretário do Reino lhe apresenta são eloquentes e extensos, confirmando as suas convicções de quanto as suas ordens eram necessárias e de que o fim e o intento de ambos eram os mesmos. Mais pormenores do que Sebastião José irá

fazer são conhecimento supérfluo e informação desnecessária, quando as suas reais preocupações se canalizam para outras decisões. Não sabe onde vai dormir naquela noite com a família. A terra continua a tremer, os abalos repetem-se e, apesar dos louvores de Sebastião José em relação aos desígnios divinos, El-rei não confia em Deus Pai para manter os telhados seguros e os alicerces dos palácios firmes.

Pedro de Almeida não é como os outros fidalgos, que fazem de tudo para denegrir e boicotar a acção de Sebastião José por não ser oriundo da alta nobreza. Não é como José de Mascarenhas, duque de Aveiro e mordomo-mor da corte, que diz nas suas costas: «O fidalgote, secretário do Reino! Ao que o mundo chegou!» Nem passa pela cabeça do marquês de Alorna, ainda mais num momento tão trágico, outra atitude senão a de colaborar com o secretário do Reino. Ele, Sebastião José, solicita-lhe que vá a Setúbal buscar aprovisionamentos que estejam em Lisboa na manhã do dia seguinte. Ordena depois ao seu criado que procure uma sege nas cavaliças reais para o transportar de volta à cidade. Despede-se com a intenção de ir ao encontro do marquês do Alegrete e com ele decidir com engenho o socorro a Lisboa.

\*\*\*

Estamos no meio da tarde. O percurso de regresso é penoso. Todos os caminhos são locais de escavações com buracos abertos e montanhas de pedras. A destruição que observa da janela da sege fá-lo duvidar dos créditos atribuídos ao amor de Cristo. Deparam-se com cadáveres, corpos e mais corpos a flutuar no rio, que se balançam contra as margens, e bastantes outros pelas ruas como se Deus, Nosso Senhor, tivesse povoado Lisboa com empilhamentos de mortos. A sua habitual firmeza de espírito vacila, os olhos fixam-se à incredulidade quando pestaneja. Quer crer que está no interior de um pesadelo. Não acredita que tamanha catástrofe seja desígnio da providência de Deus Pai. É um ultraje à bondade divina, tendo em conta a enormidade da desgraça e as circunstâncias de desespero que vai avistando.

Quase não se encontram pessoas, terão fugido para as zonas altas da cidade. O seu criado conduz habilmente a carruagem, mesmo com os olhos cortados por lágrimas. Num repente faz parar a sege, gritando

que viu um homem mexer-se debaixo de uns destroços. «Está vivo!», exclama, como se a vida fosse, naquelas circunstâncias, uma autêntica surpresa. Ele, o secretário do Reino, não se interessa pela singularidade de um indivíduo comum. Ordena ao cocheiro que prossiga, ignorando o seu pedido insensato. Tem de acorrer a uma cidade inteira, não dispõe de tempo para se comover com uma alma em particular, um desgraçado que de qualquer maneira acabará por perecer. A sua voz é fria, uma frieza que surpreende o criado e a si próprio. Não costuma ser tão impiedoso, porém a grandeza da sua missão requer velocidade, não se pode deter em actos menores quando tem de reerguer uma cidade dos escombros e levantar um país da ruína.

O lusco-fusco já se insinua ao aproximar-se do palácio do marquês do Alegrete. Passa pelo edifício da Câmara Municipal, do qual só resta uma parede. Sobram pedras e ruínas, cheira a fumo por todo o lado. O seu plano está definido, o seu pensamento transpõe obstáculos e serpenteia impossibilidades. Será necessário pedir de imediato autorização ao Cardeal-Patriarca para atirar os cadáveres ao mar, prescindindo de funerais e missas. O mais exequível seria lançá-los para dentro de um navio e de seguida despejá-los em águas profundas. Amanhã mesmo essa macabra tarefa terá de ter início, para que Lisboa não se encha de pestilência e a mortandade não ganhe ainda mais terreno ao pouco espaço que deixou aos vivos. Deus não é um semeador de morte, mas de compaixão. Teria de seguir esses exuberantíssimos argumentos para não fazer crescer a consternação no espírito dos religiosos. Era igualmente necessário mobilizar a Igreja para ajudar na distribuição de alimentos aos indigentes. Pouco mais teriam de fazer, pois durante vastas semanas seria difícil restabelecer os ofícios divinos, tantos haviam sido os danos nas catedrais, capelas e conventos.

A sege não consegue avançar. Vê-se forçado a sair da carruagem e a deslocar-se a pé até ao palácio do marquês do Alegrete. Avisa o cocheiro para que o espere. As ruas são buracos, entulho, pedras. Gente esfarrapada e ferida deambula no meio das ruínas como fantasmas de uma má ópera. As suas feições parecem ter sido arrancadas e substituídas por máscaras de terror. Todos respiram com dificuldade, tossindo furiosamente com o fumo. Mesmo não o reconhecendo, pela casaca e cabeleira intui-se a sua condição de fidalguia e várias pessoas se lhe

dirigem, pedindo auxílio ou relatando o seu infortúnio. Um sujeito revela que viu um homem com as duas pernas cortadas, um outro testemunhou o último suspiro da própria mulher. Uma velha com vestes de freira rasgadas aflige-se pelos que morreram sem a extrema-unção. Não tiveram quem lhes ministrasse os sacramentos e, assim sendo, a eternidade do Inferno aguardava-os. De todos os testemunhos que é forçado a ouvir, o que o deixa mais apreensivo é a notícia de que a cadeia do Limoeiro se havia desmoronado, permitindo que toda a espécie de escumalha desaguasse na cidade.

As cozinhas do palácio de Fernão Teles tinham desabado, havia um morto e vários feridos entre os serviçais da casa. A providência divina fora ainda assim benévola e ninguém na família tinha sido atingido. Isso mesmo lhe explica o presidente do Senado de Lisboa, enquanto o conduz para um pátio interior. Manda um criado servir um vinho e acender uma fogueira para se aquecerem. Ele, o secretário do Reino, explicita os seus propósitos e define as acções de salvamento. O exército terá de garantir o abastecimento à cidade para que não falem alimentos. O marquês do Alegrete, deverá, logo de manhã, contactar uma congregação religiosa de cada um dos doze bairros de Lisboa para que se encarreguem da distribuição de comida. Os mosteiros com danos menores deverão abrigar os religiosos que ficaram sem tecto e recolher os feridos. Também será necessário mobilizar as pessoas para as operações de limpeza que vão demorar meses. O marquês do Alegrete ouve atentamente o fidalgo; as ordens parecem-lhe consistentes e de bom senso. A voz do secretário do Reino prossegue, fluida e rápida, dando ideia de que ele é capaz de se mover em todas as frentes. Apesar de não o apreciar, Fernão Teles reconhece a energia do homem e a sua capacidade de planeamento.

A reunião termina tarde. No percurso de regresso a casa, ouvem-se crianças a soluçar, uivos de mulheres, coros de preces num lamurio de inenarrável sofrimento. Uma escalada na gritaria que chega das profundezas da noite e arrepia o coração. Como fantasmas no meio das ruínas ou encostados às poucas paredes de pé. Mais uma vez, o cocheiro não o consegue deixar à porta, tendo ele de atravessar várias ruas a pé antes de entrar em casa. O Palácio da Rua Formosa parece-lhe um barco que resiste no meio de um imenso naufrágio. Se não fossem as janelas

estilhaçadas — cobertas de panos e tapeçarias — e alguns candelabros ainda no chão, dir-se-ia que nada se passara. Com a entrada em casa infunde-se no seu espírito uma estranha paz, acentuando-se a sensação de ter sido abençoado com a família a salvo.

O corpo dói-lhe, tem a mente cheia de cadáveres e não consegue aliviar-se facilmente das perplexidades do dia. Dirige-se à câmara da sua mulher. À luz das velas, a cama está vazia. Eleonor Ernestina está sentada num banco de veludo com o olhar fixo na lareira acesa. A seu lado, numa pequena mesa, está um tabuleiro com vinho, queijo e pão à sua espera. Senta-se ao lado da sua mulher. Eleonor Ernestina pergunta-lhe por El-rei e pela cidade. Ele, o marido, olha para o lugar da parede onde está uma tapeçaria com o casario de Lisboa e a possibilidade de lágrimas, ainda que residual, nada nos seus olhos. Enquanto lhe descreve como ficou Lisboa, o seu rosto alumado pelo fogo deixa de sentir a ameaça dos mortos. Confessa-se agoniado por ter de lançar os cadáveres ao mar, de forma a impedir que uma pestilência aumente a tragédia. A sua mulher, com o espírito duro dos povos do norte, responde-lhe: «Não creio que os mortos regressem para se queixarem dos ritos fúnebres. São os vivos que se inquietam com essas matérias. E neste momento os que sobreviveram ao terramoto carecem de outros cuidados e sofrem de outros tormentos. Além do mais, talvez esta catástrofe acabe por ser boa para as suas ambições, meu esposo.»

Sebastião José sorri, não pode deixar de sorrir perante a frieza impiedosa da sua mulher. A observação de Eleonor Ernestina tem o mérito de evitar hipocrisias. Ela havia sido uma importante aliada na sua ascensão ao cargo de secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a única pessoa com quem às vezes se dá ao luxo de ser sincero. Por ser austríaca, a rainha D. Maria Ana tomara-a como dama de companhia, podendo falar com Eleonor Ernestina na saudosa língua alemã. De maneira subtil, sem que ninguém a entendesse, fora capaz de insinuar no espírito da monarca os méritos do marido e as vantagens de o colocar ao serviço do futuro rei, D. José. Afirmara-o com tal energia, fazia-o com uma prédica tão tenaz, recorrendo ao tom aristocrático natural numa família da nobreza austríaca, que a rainha passou a acreditar que Sebastião José seria um valioso elemento no governo. Isto numa altura, após o regresso de Viena, em que os elementos da alta

nobreza faziam o possível para o fazer sentir desconfortável sempre que se deslocava ao Paço Real. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, entre tantos patetas da corte, não poupava insultos à sua pessoa. Para o duque, como para muitos dos seus pares, alguém com antecedentes tão obscuros não deveria ter essa liberdade de circular pela corte. Nessas circunstâncias penosas, com cinquenta anos e um futuro indefinido, só Eleonor Ernestina lhe trazia conforto e esperança. Com calma e uma conversa contundente, assegurava-lhe que em breve teria a sua oportunidade.

Ele, o marido, pede autorização para pernoitar na cama dela, mesmo dormindo duas ou três horas antes do amanhecer. Eleonor Ernestina ainda é uma mulher jovem, enquanto ele se aproxima da velhice; o calor do seu corpo por debaixo da camisa de linho fino transmite-lhe alento para os esforços do dia seguinte. A voz da sua amantíssima esposa, o sorriso mordaz e o seu sentido prático sempre lhe trouxeram serenidade perante os piores cenários. Já deitado, observa-a e o que vê é uma imagem de beleza; suprimindo os defeitos de uma face afilada e de um nariz ligeiramente comprido, fixa o brilho dos seus olhos azuis, as graças do seu sorriso e do longo cabelo revolto.

\*\*\*

Ao alvorecer, diz ao seu cocheiro para conduzir a sege à zona do Rossio, pretendendo comandar as operações a partir da sua carruagem. A fachada do Palácio dos Estaus, onde muitos dos oficiais da Inquisição se tinham tornado mestres na difícil arte de esticar os hereges no potro sem os matar, havia sido consumida pelo fogo, assim como a maior parte das casas da praça. As cinzas e as faúlhas voavam por todo o lado como uma chuva lançada do Inferno. Manda o cocheiro avançar para campo aberto de forma a respirar perante o fumo insuportável. Ordenanças do marquês de Marialva e serviçais do marquês do Alegrete trazem-lhe novas sobre a vastíssima destruição da cidade e esperam pelas suas ordens. Tinha enviado um criado à procura de notícias do seu escrivão Caetano e de informações sobre os seus irmãos. Caetano fora encontrado numa taberna da Rua Suja, uma das poucas ruas que a Providência Divina salvara da destruição e que não reduzira a um amontoado

de escombros. Pelos vistos, Deus protegia os excomungados e os bordéis.

Caetano chega a meio da manhã com ar de quem não havia dormido. Já não tinha casa nem roupa para mudar, informou. Ele, o seu senhor, fixa-o como se de momento a sua desgraça pessoal pouco lhe importasse. Não é função de um amanuense confidenciar infortúnios, mas sim escrever os despachos e ofícios que lhe são ditados. Para isso, trouxera o material de escrita e mandara procurá-lo. No entanto, dada a singularidade das circunstâncias e, tendo em conta a qualidade dos serviços de Caetano — não conhece ninguém com tão boa caligrafia a escrever tão rapidamente —, faz um esforço para o tranquilizar. Desliza das suas altas esferas e assegura-lhe alojamento em sua casa. Depois incita-o a laborar.

A cabeça do secretário do Reino parece alargar a todo o corpo e ocupar o espaço da sege, tantos são os ofícios e despachos necessários para que a cidade possa voltar a reerguer-se. Desejavelmente, para minorar a tragédia, tem de dividir a tarefa, pelo que nomeia um magistrado para cada bairro de Lisboa, incumbindo-os de recrutar homens para remover os escombros: desocupados, pedintes e vadios seriam obrigados a trabalhar na desobstrução das vias, presos por grilhetas uns aos outros. Essa é a primeira ordem que dita a Caetano, antes de a imagem da fome, com os seus sussurros de revolta, atravessar o seu pensamento. Era preciso tomar providências para dar de comer aos sobreviventes e evitar que outra catástrofe se propagasse com pavorosas implicações. Acrescenta ao ofício que passava também a ser obrigação dos juizes construir fornos para fazer pão e cozinhas para os desamparados do terramoto. Ordena ainda que os preços dos mantimentos se mantenham fixos e semelhantes aos que se praticavam antes do desastre, proibindo assim a especulação.

Caetano queixa-se dos olhos cansados por causa do fumo e avisa-o de que está a ditar demasiado depressa, não conseguindo perceber totalmente todas as frases. Enquanto repete as últimas sentenças, a sua mente move-se para outras apreensões. Além da fumarada que atormenta o escrivão, uma nuvem de pestilência irá cobrir a cidade se não se agir de imediato. Para não engrossar mais o ofício, dita outro onde ordena aos magistrados que nesse mesmo dia removam os cadáveres e os

encaminhem para o porto. Assegura que ele, enquanto secretário do Reino, encarregar-se-á de apaziguar os temores do Cardeal-Patriarca sobre o destino de tantas almas. A cidade está desfeita, não precisa de mais pragas. Dita de seguida uma custosa missiva ao Cardeal-Patriarca, alertando para a necessidade de sepultar os cadáveres, urgência que não se pode mais retardar sem que a cidade incorra em gravíssimo perigo. As valas comuns teriam de ser muito fundas, considerando que uma grande parte do povo sobrevive entre as ruínas, sendo de temer que o enterro dos corpos faça subir aos céus os mais nocivos vapores. Nesta consternação sugere que os restos mortais sejam levados por batelões para algumas léguas fora da barra e, fazendo-se o assento dos óbitos e cumprindo-se os ritos da piedade cristã, os lancem às profundezas do mar atados a pesos. Para quem, como o Patriarca, é tão sensível em matéria de liturgias religiosas, é um conjunto de concessões sem paralelo, mas também o são as circunstâncias.

Ao longo da manhã, vão-lhe chegando relatos de saques, mormente levados a cabo por marinheiros espanhóis de navios acostados no porto. O seu espírito está atordoado, demora a acompanhar essas mensagens. A sua cabeça anda às voltas pensando na forma de arranjar dinheiro para as primeiras necessidades. Não vê outra alternativa senão a de ditar cartas a embaixadores para que peçam auxílio aos soberanos dos respectivos países. Quando chega a vez da missiva para Luís da Cunha, sobrinho do antigo ministro de D. João V e embaixador em Paris com quem cultivara uma amizade de longa data, relata os novos abalos sentidos ao longo do dia. Descreve ao detalhe a destruição dos majestosos edifícios de Lisboa — até a nova Casa Real da Ópera —, ao ponto de a cidade ter quase desaparecido pelas fendas da terra. O seu ânimo vacila com a minuciosidade da narração, sentindo as palavras que dita a abrir espaço para o seu próprio desgosto e alvoroço. Despede-se com frases secas e protocolares para retomar o domínio da razão.

Num dia regular, já teria fome a meio da tarde, tendo comido há muito a sua ceia, mas aqueles não são dias comuns. Tanto ele como Caetano têm de fazer as suas necessidades a céu aberto, nas mesmas circunstâncias que quase todas as pessoas da cidade. Quando sai da sege, saltando entre pedregulhos, repara num frade a discursar, rodeado de uma pequena multidão. As mãos do homem agitam-se, frenéticas,

a cabeça treme-lhe e as melenas brancas soltam-se ao vento. Perora, colérico, com ar de quem pretende desfazer a própria roupa e flagelar-se com um chicote, aconselhando o mesmo piedoso tratamento à audiência. Ele, o secretário do Reino, aproxima-se e reconhece o padre Malagrida, antigo confessor da rainha Maria Ana. Tivera vários desentendimentos com a figura, ao ponto de ter impedido a sua entrada no leito de morte da soberana para não contaminar os pensamentos da moribunda com as suas ambições desmedidas para a Companhia de Jesus. Irrita-se ao escutar o religioso discorrer sobre os pecadores de Lisboa. De acordo com a sua oratória, Deus havia castigado os habitantes da cidade com atribulações especiais por causa dos seus muitos pecados. Era tão escasso o esforço que fizeram em benefício da Salvação e tão frouxos os seus remorsos que a punição do Senhor chegara, expectável e ineludível. A inquietação temerosa seguia à frente de cada uma das palavras de Malagrida, anunciando maiores desastres e mais terríveis catástrofes.

«Era o que faltava! Fanatismos e superstições nesta altura!», pensa, furibundo, ao regressar à sege. É necessário que os padres e religiosos amparem os habitantes, fazendo-os crer que Deus lhes deitará a mão em tão terríveis circunstâncias. Os termos singulares do amoroso Evangelho deveriam ser aludidos para ampliar a esperança em dias afortunados e de melhores perspectivas. Os fiéis precisavam de sermões sobre a benevolência do Senhor e que demonstrassem a vastidão do Seu amor. Tem vontade de chamar um sargento para dispersar aquela gente, mas os soldados estão demasiado ocupados com a azáfama da ladroagem. Ao entrar na carruagem, dita de imediato um ofício no qual se proíbem as exortações sem licença de clérigos regulares e seculares. Que se mobilizem os párocos e se organizem procissões para apregoar a restauração de Lisboa. Os sermões de fé não apresentariam dificultoso crédito se seguissem atrás de uma estátua bem grande de Cristo crucificado. Há muito texto nos Evangelhos que toma como tema a Misericórdia do Salvador e é esse o alento que os pregadores têm de insinuar na alma dos sobreviventes para combater o seu desconcerto e pavor. Esse é o género de milagre que Lisboa necessita com urgência!

O sol começa a baixar quando vê ao longe Eleonor Ernestina descer em direcção à sua carruagem, acompanhada de uma dama de

companhia e de um criado. Comove-se ao ver a sua mulher saltar por cima de pedras e contornar os destroços para lhe trazer uma sopa, vinho e pão. O sorriso enfeita-lhe a face quando ela pede ao serviçal que disponha a comida numa espécie de mesa portátil perto da sege, ao mesmo tempo que lhe transmite que os seus irmãos estão a salvo. Ele sorri-lhe, um júbilo cruel que não condiz com o sofrimento à sua volta. Evitara pensar na família e aquelas novas resgatavam os seus irmãos das profundezas da morte.

Passados oito anos de matrimónio continua espantado por Eleonor Ernestina se ter deixado persuadir pelos pais a aceitar o seu pedido de casamento. Mantinha-se igualmente deslumbrado com a docilidade da sua carne, sempre tão disponível. Além disso, a eficiência da sua mulher fazia-se sentir nos vários aspectos da sua vida, desde a ascensão política, à educação dos filhos e ao governo da casa. E ali estava ela, pondo uma mesa no meio das ruínas meio fumegantes e vendo-o a comer com Caetano, fixando-o com notório prazer, servindo-lhe mais vinho como se não fosse oriunda de uma das mais nobres famílias da Áustria.

Sempre que cruza a cavalo os portões do seu palácio após um dia de trabalho ao serviço do reino, ao deparar com a expressão radiante de Eleonor Ernestina esquece-se dos problemas que há a resolver no país e das injúrias que sofre na corte com fidalgos persistentemente hostis. Todavia, naquele momento está impedido de regressar a casa. Isso mesmo explica à mulher quando ela lhe pergunta a que horas volta. Convocara uma reunião para as seis da manhã do dia seguinte com os magistrados dos doze bairros para avaliar a desordem na cidade e o seu grau de destruição. São muitos os assuntos ainda a tratar nesse dia e vão ser muitos mais até ter direito a uma folga. Pede a Eleonor Ernestina que mande o mordomo trazer-lhe uma nova casaca e uma cabeleira bem empoada.

As despedidas da sua mulher são exuberantes. Esforçando-se por arredar do espírito visões perturbadoras, esquecendo o recato de uma dama, abraça-o e beija-o ao de leve na boca. Afinal, a morte podia-lhes ter sorrido nas vésperas e as regras do pudor não se aplicam em tão extremas conjunturas. Quando ela finalmente parte, o murmúrio da tinta sobre o papel nas palavras que Sebastião José continua a ditar tem o sabor dos lábios de Eleonor Ernestina. Só depois de terminar a última carta se lembra de que a sua esposa fizera trinta e quatro anos nesse dia.

## II

### Das memórias dos anos de 1750 a 1755 até aos meses que se seguiram ao terramoto

*Sumário: a partir de um tempo subsequente ao terramoto discorre-se sobre as memórias e as humilhações enfrentadas por Sebastião José antes e depois da sua subida ao poder.*

Após o terramoto, durante meses, é em tendas que a família real habita. Antes eram apenas usadas para os dias de caça e para festas nos jardins, sendo por isso pouco adequadas para a época de Inverno. A rainha Mariana Vitória queixa-se amiúde do frio, mas El-rei continua a recear a ira dos céus, temendo que o telhado de algum palácio se desfaça em cima dele. O fim do ano traz temperaturas ainda mais gélidas e uma luz triste que varre o Tejo e as ruínas da cidade. Sua Majestade oferece-lhe a ele, o seu mais leal servidor, uma tenda no acampamento dos jardins de Belém para quando trabalha noite adentro e é demasiado tarde para voltar a casa. Os dias são longos e árduos e os despachos e ofícios prolongam-se por horas infindas. Os seus olhos rápidos deslizam entre páginas cheias de informações e a sua boca é expedita ao ditar as ordens que considera necessárias para que Lisboa se reerga dos escombros. Determina que os corregedores dos bairros examinem a vida dos habitantes, sobretudo aqueles que pululam sem nada fazer, e manda prender os que se acharem em culpável ociosidade. Os condenados devem ser obrigados a trabalhar com braga nas obras da cidade. Pede

igualmente ao Senado do Patriarcado que organize uma procissão de graças: é preciso mostrar gratidão à Mão Omnipotente do Senhor por ter suspenso os estragos sobre a cidade. O piíssimo espírito das orações deverá abençoar a esperança e empurrar a vontade de refazer vidas e reconstruir edifícios. Espera-se dos sermões religiosos que evidenciem como Deus Pai é um bom amo e não desacreditem o seu amor. O Senhor dá sempre mais do que tira e o Seu fim e intento é e será sempre o de beneficiar os crentes.

Os dias continuam cruéis; os estremecimentos sucessivos, ainda que menos violentos, aumentam o desamparo das pessoas sem abrigo. Apesar de todos os seus esforços, as moléstias espalham-se e o cheiro a pestilência é uma nuvem mórbida que envolve Lisboa, por ainda haver corpos insepultos sob os escombros. Dá ordens para que se deite alcatrão fervente sobre as ruínas na expectativa de que as almas se preservem. São igualmente muitas e continuadas as reuniões com o engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, de modo a projectar a reconstrução da zona baixa de Lisboa. Avalia com ele e com mais engenheiros do exército alternativas para a dita reconstrução: reerguer uma cidade sobre a antiga ou construir uma cidade nova em Belém. No meio da discussão, imagina uma capital grandiosa como Viena e o seu empolgamento é tal que se esquece das almas e corpos que estão por debaixo dos escombros. Acabam por se decidir pela primeira possibilidade. Ainda no decurso do mês de Novembro, ele, o secretário do Reino, cria a Casa do Risco, onde assiste a inúmeras disputas sobre as diferentes visões dos engenheiros e arquitectos, evidenciando-se Carlos Mardel e Eugénio dos Santos pela enorme desenvoltura. São debates como nunca vira onde são propostas ideias inovadoras como o nivelamento das ruas ou gaiolas em madeira no interior dos prédios semelhantes a um esqueleto para sustentar abalos sísmicos. Os lábios eloquentes dos engenheiros faziam-no acreditar que, depois do terramoto, Portugal poderia emergir como um país diferente, moderno e avançado.

Os projectos de Manuel da Maia impressionam-no e geram nele, o secretário do Reino, um entusiasmo quase juvenil. Pretende arrasar as ruínas dos edifícios, alteando os alicerces com o entulho, e erguer uma capital imponente com edifícios de traçado moderno, amplas ruas

e praças. Construir uma Lisboa sem as antecedentes deformidades e incómodos dos bairros antigos, impondo-se que a altura das casas não excedesse a largura das artérias. Vão também ser definidos meios de salubridade adequados para extinguir os intensos vapores nauseabundos que poluem a cidade. Nunca mais ninguém apelidaria Lisboa de «a famosa estrebaria». Com mais de cinquenta anos, chegara a uma fase da sua vida em que se impunha apressar-se se queria deixar uma marca da sua passagem na governação do país. E a reconstrução de Lisboa revelava-se como uma oportunidade. A única coisa em que insiste é que o primeiro edifício a ser reerguido seja o do Arsenal da Ribeira, de forma que o comércio seja restabelecido o mais depressa possível. Dessa rapidez depende a cobrança de taxas e, conseqüentemente, o dinheiro para as obras.

Como uma das suas características essenciais era a de cogitar em várias frentes, obriga-se a encarar com grandiosidade as muitas tarefas da governação; esforça-se por pensar como o seu nome se tornará inseparável da salvação da cidade, acrescentando prestígio e glória à sua pessoa. Para que a reconstrução avance é necessário estar sempre a criar novos despachos, sendo a tarefa mais árdua do que parece à primeira vista. No exercício de os redigir, empenha-se em discernir termos rigorosos, leis capazes de gerar novas formas de fazer funcionar o país e que, em simultâneo, promovam a obediência. Escreve decretos atrás de decretos, uns proibindo que se construa no solo das edificações já demolidas, outros fixando os salários dos trabalhadores. Tenta evitar que os novos prédios assumam preços exorbitantes e que os respectivos alugueres não sejam muito mais caros. Não admite extorsões aos inquilinos nem tão pouco edificações indiscretas em lugares distantes da cidade. Quando mostra o primeiro esboço do projecto a El-rei, um dos nobres censura a excessiva largura das ruas. Os olhos frios de Sebastião José pousam no seu rosto. O momento parece durar uma eternidade até o secretário do Reino responder em tom ríspido: «Lá virá o tempo em que hão-de achá-las estreitas!»

Outra função importante das leis, do seu ponto de vista, é tornar os criminosos cientes de que existe a possibilidade de serem aplicados graves e penosos castigos a quem as infringir. Validou este princípio para com a ladroagem logo a seguir ao terramoto. Já antes da funesta